

# Pacote de microcrédito injeta R\$ 7,5 bi

Programa Acredita, lançado ontem, tem como prioridade os donos de pequenos negócios e MEIs; expectativa é que PIB seja turbinado

DE BRASÍLIA

Em meio à queda de popularidade e às vésperas das eleições municipais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou ontem um pacote de crédito com foco nos pequenos negócios e nos microempreendedores individuais (MEIs), sobretudo os que estão nas camadas mais pobres. As medidas envolvem liberação de novos recursos, renegociação de débitos e até incentivos na área imobiliária. A expectativa é que sejam injetados na economia nacional R\$ 7,5 bilhões.

O governo conta com esses novos recursos para turbinar o Produto Interno Bruto (PIB) no ano, mas os analistas veem efeito limitado nas medidas. O programa, batizado de Acredita, está previsto para começar em julho, mas algumas iniciativas, como a renegociação de dívidas, terão início imediato. Uma das principais vertentes será o estímulo ao microcrédito, focado nos inscritos do Cadastro Único (CadÚnico) - base de dados dos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

A União prevê realizar 1,25 milhão de transações de microcrédito até 2026, último ano do mandato presidencial. Cada operação é avaliada em torno de R\$ 6 mil, o que injetaria mais de R\$ 7,5 bilhões na economia nesse período, segundo projeções do Ministério da Fazenda. Atualmente, 43 milhões de famílias (aproximadamente 96 milhões de pessoas) estão registradas no CadÚnico, das quais 54% vivem com renda per capita de até R\$ 109 mensais.

**FGO**

A iniciativa contará com garantia do Tesouro Nacional, ou seja, dinheiro



Com o programa Acredita, Governo Federal quer dar uma solução definitiva a dívidas contraídas por donos de pequenos negócios na pandemia

público, em caso de inadimplência. Isso se dará por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), operado pelo Banco do Brasil, que terá um novo braço específico para isso: o FGO Acredita no Primeiro Passo.

Para 2024, está prevista a aplicação de até R\$ 500 milhões, fruto de um remanejamento do FGO-Desenrola Brasil (fundo usado para o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas). Pelo menos metade das concessões deve ser destinada a mulheres.

"As pessoas que têm muito dinheiro, se demorar um ou dois meses, aguentam. Mas quem precisa de R\$ 1 mil ou R\$ 2 mil, é muito



Ministro Márcio França explicou origem de recursos e defendeu projeto

difícil. Não tem banco para a gente entrar. Banco não foi preparado para receber pobre, as pessoas que não chegam de terno e gravata. O que estamos fazendo é que, independentemente da origem social, as pessoas tenham acesso ao sistema financeiro", afirmou Lula.

**REMANEJAMENTO**

Sobre o FGO, o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, reiterou que parte dos recursos é proveniente do programa Desenrola, que não foi totalmente usado pelos devedores, que pagaram em sua maioria à vista.

"O valor que tem no FGO é oriundo de que, na primei-

## QUEIXAS

O presidente Lula também disse que seu governo deve organizar um canal por telefone para que usuários possam levar suas reclamações sobre o funcionamento do novo programa Acredita. "Não sei se é no ministério do Márcio França, nosso ministro do Empreendedorismo, mas a gente deveria criar uma espécie de um 190, um 180. Um telefone para que as pessoas pudessem telefonar e se queixar se as coisas não estiverem acontecendo. Porque muitas vezes as pessoas não têm a receptividade que elas imaginavam que iam ter e não têm para quem reclamar". Segundo Lula, é preciso "um lugar para o povo colocar pra fora suas angústias".

ra vez que foi feito o Desenrola, a Fazenda levou esse valor da FGO imaginando que as pessoas fossem fazer um novo financiamento. Para a surpresa da Fazenda, as pessoas quitaram em sua maioria à vista. Então, em função disso, foi devolvido este valor ao FGO e é com esse número que estamos lidando".

**GASTO**

Na cerimônia de lançamento do Acredita, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse considerar "desagradável" que toda ação do governo seja tratada como "gasto".

"Isso inibe a gente. Porque a gente começa o nosso orçamento pensando o que tem que deixar de reserva para pagar. A última coisa que a gente pensa é em que investir... Vai investir o que sobrar. E, assim, é muito difícil imaginar que a gente vai chegar no lugar que a gente quer com muita rapidez". (Estadão Conteúdo)